

A “LÍNGUA NEUTRA” NAS DINÂMICAS NORMATIVAS DO PORTUGUÊS E DO ESPANHOL

Xoán Carlos Lagares*

Resumo

Ao comparar as dinâmicas normativas do português e do castelhano, comprovamos que existem diferenças consideráveis no desenvolvimento histórico de seus espaços linguísticos e dos modelos de gestão da norma-padrão. Enquanto empresas de comunicação fazem uso do conceito de “espanhol neutro”, como estratégia para ampliar mercados, e instituições internacionais como a ASALE elaboram instrumentos que dizem descrever um *español total*, as condições históricas que provocaram a constituição de dois grandes centros normativos do português, em Portugal e no Brasil, fazem que a própria ideiação de um “português neutro” pareça impossível.

À falta de uma política de gestão ampliada da língua por parte de Portugal, junta-se no caso do português a precária constituição de um mercado linguístico internacional, com a desigual circulação de bens culturais entre seus principais centros normativos. A comparação de ambas as dinâmicas permite compreender as condições materiais que fundamentam uma ideologia de língua unida, no caso do espanhol, e por outro lado produzem uma ideologia da divisão linguística no caso do português.

Palavras-chave: glotopolítica; espanhol; português; língua neutra.

“NEUTRAL LANGUAGE” IN THE NORMATIVE DYNAMICS OF PORTUGUESE AND SPANISH

Abstract

Comparison of the normative dynamics of Portuguese and Castilian Spanish reveals considerable differences in the historic development of their respective linguistic spheres and the models governing application of a normative “standard”. While communications and advertising professionals appeal to the concept of “neutral Spanish” as a strategy for expanding markets, and international bodies like the the Association of Academies of the Spanish Language (ASALE) issue guidelines on what they describe as total Spanish, the historic conditions which have caused the emergence of two major normative centres of Portuguese – one in Portugal, the other in Brazil – seem to preclude the idea of a “neutral Portuguese”.

With Portuguese, the absence of a broad-based linguistic policy on the part of Portugal has been accompanied by the emergence of an international linguistic market characterised by the unequal circulation of cultural goods between its principal normative centres. Comparison of the dynamics of the two languages allows us to identify the material conditions which underpin the ideology of a unified language – in the case of Spanish – or result in an ideology of linguistic division – in the case of Portuguese.

Keywords: glottopolitics; Spanish; Portuguese; neutral language.

* Xoán Carlos Lagares, professor associado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro, Brasil). xlagares@id.uff.br. [id 0000-0003-0974-2118](https://orcid.org/0000-0003-0974-2118).

Recebimento do artigo: 28.04.2023. Avaliações cegas: 02.06.2023 e 04.07.2023. Aceitação da versão final: 25.07.2023.

Citação recomendada: Lagares, Xoán Carlos. (2023). A “Língua neutra” nas dinâmicas normativas do português e do espanhol. *Revista de Llengua i Dret, Journal of Language and Law*, 80, 45-62. <https://doi.org/10.58992/rld.i80.2023.4009>

Resumo

1 A comunidade linguística e a “unidade fundamental”

2 Lusofonia e (vago) misticismo

3 Hispanofonia e controle normativo

4 A circulação de bens culturais: espaços *cindidos* ou *unificados*

Referências bibliográficas

1 A comunidade linguística e a “unidade fundamental”

Não há dúvida de que um domínio linguístico definido, embora variado e extenso, possui uma unidade fundamental, na medida em que cada falante aceita a sua adesão à essência dela, nas suas qualidades mais elevadas.

Antonio Pagliaro, *Locutio secundaria*

Talvez pareça fora do lugar começar um artigo sobre as línguas portuguesa e espanhola com uma citação de um linguista italiano, mas essas palavras do glotólogo da Escola Linguística Romana, traduzido para o português e publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1983, representam muito bem um pensamento sobre a relação entre unidade e diversidade linguística que teve uma grande influência sobre várias gerações de linguistas e filólogos portugueses e brasileiros. Ainda em 2015, Evanildo Bechara, o único gramático membro da Academia Brasileira de Letras, fazia eco às palavras de Pagliaro sobre a “língua comum” como “expressão de uma consciência unitária comum” em um artigo sobre o ideário linguístico de Machado de Assis, o maior representante do cânone literário brasileiro (Bechara, 2015).

O que mais chama a atenção, nas palavras de Pagliaro, é a explicitação do caráter artificial e elaborado da “unidade fundamental”: ela existe apenas na medida em que os falantes aderem a uma determinada *essência* da língua, que, de acordo com certo ideal aristocrático, representaria “as suas qualidades mais elevadas”. O linguista italiano assumia uma posição particular na assimilação dos pressupostos saussurianos, intermediária entre o estruturalismo da época (o texto foi publicado em 1953) e o idealismo de Benedetto Croce, preocupado pela vida, tanto a individual quanto a coletiva (nomeadamente, a nacional), que lateja no signo linguístico. De fato, o título do livro a que pertence esse artigo é *Il segno vivente* (traduzido em português como *A vida do sinal*).

A “língua comum”, para Pagliaro, corresponde a uma *locutio secundaria* (conceito que toma de Dante Alighieri), ao ser uma criação artificial que põe em relação a “comunidade” local com a “nação” ou com qualquer outra realidade mais vasta determinada culturalmente. Nela, o “fator intelectual” teria “muito mais valor que o fator afetivo”, pois “na língua comum a expressão se racionaliza e parece tornar-se fria” (Pagliaro, 1983, p. 143). A razão, portanto, é a salvaguarda da unidade da língua, continuamente ameaçada de dissolução. Construir essa unidade é um desafio intelectual a serviço de uma “comunidade de espírito” maior, e a língua comum é o instrumento racional capaz de apagar as dissensões e as tensões desagregadoras.

Como vemos, não há problema em reconhecer o caráter plural e heterogêneo da língua, entretanto esse “purismo” é defendido como um empreendimento intelectual, nas mãos de certa “aristocracia” linguística, para neutralizar as diferenças e frear a dispersão: seu foco é a “unidade”. A razão da “minoría intelectual” funcionaria como antídoto contra as paixões desagregadoras da expressão popular. O povo é essa criança despreocupada, puro sentimento, que estraga a língua ao levá-la por caminhos não planejados, um corpo sujo que ameaça a racional construção da unidade “espiritual”. Todas as dicotomias do idealismo racionalista europeu estão aqui representadas e perfeitamente hierarquizadas: razão/afeto, elite/povo, espírito/corpo. Essa língua neutra e fria, que representa idealmente todos os que pertencem à tal “comunidade de espírito”, torna-se um instrumento limpo que se eleva sobre a sujeira da realidade, cheia de misturas e “contaminações” naqueles ambientes sociais em que as pessoas estão menos atentas e vigilantes. E é nesse sentido que, como diz Pagliaro (1983, p. 147), “o purismo é uma forma de elegância”.

Minha reflexão surge de uma pergunta diante da dissonância entre o discurso da unidade linguística, que estava no seu auge nos anos 1980, e a realidade de um espaço linguístico do português que costuma se representar cindido em duas partes claramente reconhecíveis: a do português europeu e a do português brasileiro. Nesse contexto, o que será que torna impossível alimentar a ilusão de um “português neutro” ou de um “português total”? Se o discurso sobre a “unidade na diversidade” é, em muitos sentidos, idêntico ao que se articula no âmbito da língua espanhola, por que os resultados são tão diferentes?

No caso da língua espanhola, não são poucas as proclamas de unidade linguística que se esteiam no discurso vagamente místico de uma comunidade internacional que revelaria um espírito comum, sobre a base de uma história compartilhada. O lema da política linguística pan-hispânica *Unidad en la Diversidad*, que veio

substituir o velho *Limpia, fija y da esplendor*, da época da fundação da *Real Academia Española*, retoma uma história marcada pelo espírito empreendedor castelhano, que encontramos no discurso de Menéndez Pidal, e a lança para um futuro de suposta próspera modernidade (Del Valle, 2002, p. 98-100).

Esse mesmo lema, e idêntica ideologia linguística, anima o discurso sobre a unidade linguística do português (feito, em boa medida, à imagem e semelhança do espanhol), embora, como veremos, as condições políticas em que se constrói esse discurso sejam muito diferentes. De uma perspectiva glotopolítica e comparada, analisaremos como os diversos modos em que se vão constituindo as dinâmicas normativas de ambas as línguas fazem possível que hoje uma ideia de “espanhol neutro” circule em determinados âmbitos, ao passo que o “português neutro”, sem marcas locais/regionais que o identifiquem, não consegue nem sequer ser enunciado. Entendemos as “dinâmicas normativas” como os “jogos de forças entre agentes sociais e instituições na disputa pelo padrão enquanto construto político” (Lagares, 2018, p. 194). São as marcadas diferenças entre essas dinâmicas, do nosso ponto de vista, as que permitem entender formas tão diversas de organização internacional dos espaços linguísticos de duas línguas próximas, estrutural, histórica e geograficamente. As diferenças, portanto, entre um suposto “espanhol unido” e um pretenso “português cindido” não estão nas práticas linguísticas. As condições objetivas de produção de uma ideologia da língua comum é o que distancia, em termos glotopolíticos, ambas as línguas da sua capacidade de se constituírem como objetos “neutros” que representem um espaço linguístico comum.

2 Lusofonia e (vago) misticismo

A tal “comunidade espiritual” da língua comum é um produto do colonialismo português, e sua formulação é tão antiga quanto a construção do Império luso, concebido como um Portugal maior que Portugal, pelo menos desde que, em 1415, os portugueses ocuparam a cidade norte-africana de Ceuta. A insistência nessa ideia de comunhão cultural se torna ainda mais reiterativa, precisamente, no momento em que Portugal perde suas colônias, quando é necessário afirmar aquilo que não se tem como única alternativa para manter alguma influência internacional, agora em forma de *soft power*.

O linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco (2016) faz uma completa genealogia dos ideogramas imperais que configuram uma ideia de Lusofonia como “comunidade espiritual”, identificando com ironia seus fundamentos místicos. Começa com as profecias milenaristas do padre Antônio Vieira (1608-1697), cuja *História do Futuro*, obra póstuma publicada em 1718, imagina Portugal como fundadora de um Quinto Império cristão. Essa tradição profética é alimentada literariamente, com a memória eufórica das navegações já no início do século xx, por Fernando Pessoa, o primeiro a relacionar explicitamente essas grandezas futuras com a língua portuguesa. A unidade espiritual desse Quinto Império imaterial se expressaria na língua portuguesa. Pertence, precisamente, a um dos heterônimos de Pessoa, Bernardo Soares, uma afirmação repetida *ad nauseam* nos discursos que celebram a grandeza do português: “Minha pátria é a língua portuguesa”. Como explica Faraco (2016, p. 239), essa afirmação “só pode ser entendida como a construção imaginária compensatória do senso (cheio de ressentimento) de ser menor do que se deseja” (Faraco, 2016, p. 240). Afinal, essa língua transformada em pátria, desconectada de sua realidade social e política, seria a *língua-mito* de Bakhtin, “uma encarnação sacrossanta e solitária de significado e verdade” (Bakhtin, 1982, p. 370, apud Faraco, 2016, p. 241).

O intelectual português Agostinho da Silva (1906-1994), exilado no Brasil entre 1944 e 1969, irá reformular nestas terras essa ideia do Portugal maior que Portugal ou “o Portugal dos cinco continentes” (Silva, 1959, p. 21, apud Faraco, 2016, p. 245), na mesma chave mística de seus antecessores. Nos anos 1960, ele chega a exercer certa influência na política externa brasileira (por ser próximo ao presidente Jânio Quadros, sobretudo na sua relação com África e Ásia), alcançando o status de “o grande inspirador intelectual da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)” (Faraco, 2016, p. 244).

No Brasil, o principal responsável intelectual pela difusão desse mito colonizador como empresa espiritual é Gilberto Freyre, formulador da teoria do *lusotropicalismo*, segundo a qual Portugal teria criado uma *unidade de sentimento e cultura*, com um colonialismo amoroso, marcado pela miscigenação, benigno para os povos, apesar da evidente crueldade histórica da escravidão, que na América portuguesa se estendeu (oficialmente) até o final do século xix, com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Esse mito do encontro amoroso das três raças nos trópicos (europeus, africanos e nativos americanos) embala até hoje o *racismo*

estrutural (Almeida, 2018), que por aqui se acolhe à mistificação da “democracia racial”; mito que resulta em um enorme obstáculo ao enfrentamento efetivo das clivagens racial e social que constituem o Brasil.¹

Para o que nos interessa aqui, é importante perceber que essas são as bases da tal “unidade espiritual”, dotadas de um evidente componente místico e religioso, a partir da qual é imaginada uma comunidade que precisa de uma “língua comum”, de acordo com a definição de Pagliaro que vimos no início. Nesses discursos sobre a comunidade de língua portuguesa é reconhecido de forma explícita o seu carácter plural, embora eles construam uma visão harmoniosa das diferenças, na qual as tensões e os conflitos são sistematicamente apagados, de maneira que a elaboração da “língua comum de cultura” se afirma como missão civilizadora para expressar essa paz social enunciada recorrentemente. Entre o português europeu e o brasileiro, por exemplo, há expressivas diferenças em aspectos gramaticais, como a colocação e uso pronominal, a regência verbal ou os demonstrativos, além dos mais evidentes contrastes lexicais e fonéticos.

Em 1989, é realizada em São Luís do Maranhão, no Brasil, uma reunião de chefes de Estado promovida por José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura do governo de José Sarney, o primeiro governo democrático após a ditadura civil-militar. José Aparecido era amigo e discípulo de Agostinho da Silva e, como ele, um entusiasta da ideia da grande comunidade atlântica de língua portuguesa. Nessa reunião, é criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na cidade de Praia, em Cabo Verde, exatamente no centro geográfico desse Atlântico ampliado (Oliveira, 2013). Essa instituição acaba sendo o embrião da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituída em 1996. Um dos objetivos dessa organização de Estados nacionais é a difusão da língua portuguesa, junto com a concertação político-diplomática e a cooperação nos mais diversos domínios. Sua gestão (mais simbólica do que real) se vê marcada por certa indefinição e descompromisso com a instituição por parte dos países membros da CPLP (Faraco, 2020, p. 22).

Se observamos a história política da língua portuguesa, podemos comprovar que essa falta de uma política de controle não é nova. O modelo de colonização empreendido por Portugal na África e na Ásia, já desde o século XVI, está centrado na constituição de um império mercantil, para o qual era necessário o estabelecimento de pequenos enclaves, mais do que colônias de ocupação territorial e povoamento. No Brasil, a situação é um pouco diferente, pois a colonização teve como foco a ocupação agrícola do território (um ciclo que, diga-se de passagem, considerando o atual avanço criminoso do agronegócio sobre a Amazônia, parece não ter terminado).

O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (2007 [1936]) faz a comparação com a colonização espanhola na América e descreve ambos os processos com as figuras simbólicas do *semeador* e do *ladrihador*, respectivamente (Holanda, 2007, p. 95-96). Enquanto a América espanhola empreendia logo cedo um processo de interiorização, com a fundação de cidades que replicavam as da metrópole, no Brasil as principais cidades se concentravam na costa, como entrepostos para escoar os produtos agrícolas e minerais em direção à Europa. Essa economia de *plantation*, embora com características sociais particulares que a distanciam do modelo dominante na colonização inglesa, e que impediu a formação de línguas crioulas no Brasil (Lucchesi, 2020), foi responsável pelo tráfico massivo de africanos escravizados.

As circunstâncias históricas dos diversos territórios colonizados por Portugal na Ásia e África são diferentes, de acordo com as características populacionais de cada um deles e as estratégias comerciais desenvolvidas pela potência colonizadora. Essas diferenças deram lugar a situações linguísticas também diversas. Cabo Verde e Guiné-Bissau, por exemplo, eram entrepostos do tráfico de escravos e ali se desenvolveram, naquela situação cruel de interação linguística entre falantes de idiomas africanos diferentes, línguas crioulas que são majoritárias até hoje.

Apesar das diferenças, características tais como a tardia política de interiorização (que mantém as grandes capitais e a maioria da população situados no litoral), o descaso cultural e a negligência administrativa são comuns a todos esses territórios. No Brasil, por exemplo, a proibição de imprimir livros se manteve até o século XIX, quando chega a corte portuguesa, em 1808, fugindo da invasão napoleônica. É precisamente nesse

¹ O mito da democracia racial é expressado no clássico livro do sociólogo Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, em que se explica a formação da sociedade colonial brasileira sobre a base da miscigenação racial, com certa harmonia na relação entre a população negra escravizada, negros libertos e brancos.

ano que se funda também a primeira instituição de ensino superior do Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia. Entretanto, a primeira universidade, a de São Paulo, é fundada só no início do século xx, em 1911.

Durante todos esses séculos, a elite colonial recebeu instrução diretamente na Metrópole, e essa realidade permanecerá viva até a segunda metade do século xx nos países africanos. Ainda em 1944, o regime salazarista fundou a Casa dos Estudantes do Império, com sede em Lisboa, mas com delegações em Coimbra e Porto, que é uma instituição destinada a contribuir para o fortalecimento “da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colónias” (Castelo, 2010, p. 2). Rapidamente, ela se converte no seu contrário, ao se constituir como um centro de resistência à ditadura e de denúncia da realidade colonial. Após invasão da polícia política salazarista, a PIDE (Política Internacional e de Defesa do Estado) é fechada pelo próprio Estado português em 1965. Mas é dali que surgirão os grandes líderes políticos e culturais da independência dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Obviamente, a tradição normativa que vai se constituindo tem sua origem nas variedades de prestígio lisboetas, que, como vemos, são durante muito tempo modelos diretos de uso linguístico para as elites dos territórios colonizados por Portugal, e mesmo após a independência do Brasil, em 1822 (declarada pelo próprio filho do rei de Portugal, D. Pedro I), essas mesmas elites continuam sendo educadas na Metrópole.

É uma tradição, no entanto, de *padronização difusa*, sem o amparo de uma instituição que centralize a produção de instrumentos normativos, que se expressa em gramáticas e dicionários autorais, relativamente flexível (Lagares, 2021, p. 74).

No Brasil, amplia-se progressivamente a distância existente entre as suas variedades de prestígio e as de Portugal, ao mesmo tempo que se vai passando de uma situação de plurilinguismo generalizado à outra de plurilinguismo localizado (Mattos e Silva, 2004), com a expansão do português. Nas novas nações africanas, após sua independência, o português vai se tornando hegemônico entre as elites, mas o prestígio da fala lisboeta ainda se mantém como referência, pelas razões históricas que comentamos. A realidade sociolinguística dessas novas nações continua sendo muito complexa, com a presença de outras línguas e de crioulos majoritários em Cabo Verde e Guiné Bissau (Severo, Siteo, Pedro, 2014; Reis, 2020; Djau, 2020). Por causa da clivagem social e cultural entre as capitais e o resto do território, o português é até hoje uma língua pouco falada como L1 em relação ao total da população.² Essas línguas portuguesas africanas têm já marcadas características que as distinguem, com normas sociais de uso próprias, embora seu processo de reconhecimento e homologação em instrumentos normativos ainda seja muito incipiente (Mapasse, 2020; Bernardo, 2017).

É nessa realidade diversa, porém, quando a percepção da distância entre as duas grandes variedades de prestígio com as suas próprias áreas de influência, no Brasil e em Portugal, já está bem assentada que surge a preocupação pela “unidade da língua” e se formulam os projetos de elaboração de instrumentos comuns. Falta, no entanto, a ancoragem institucional e as instâncias de projeção internacional que permitam elaborá-los. O projeto que se torna realidade é resultado da colaboração entre dois gramáticos de referência em Portugal e no Brasil: Lindley Cintra e Celso Cunha, respectivamente. Ele faz parte, portanto, da tradição de produção autoral, não institucional, de instrumentos normativos, própria do espaço linguístico do português.

A Nova Gramática do Português Contemporâneo, publicada em Lisboa, em 1984, se apresenta como um instrumento descritivo para o ensino da língua portuguesa em Portugal, no Brasil e nos países africanos de língua oficial portuguesa, que leva em conta, “simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil)” (Cunha e Cintra, 1992, p. XIII), como diz no prefácio. O seu corpus é fornecido pela literatura contemporânea, tentando mostrar a “superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade”. Embora descrevam a língua culta que se expressaria nos textos literários, eles declaram não descurar também os “factos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afectivos das formas idiomáticas” (Cunha e Cintra, 1992, p. XIV). Nessa declaração está expressa a dicotomia de que falamos antes entre a **razão** superior e única e o **afeto** diverso dos âmbitos de uso inferiores.

² Em Moçambique, por exemplo, o país africano oficialmente lusófono com mais habitantes, apenas 10,5 % da população fala português como L1, ao passo que 85,2 % têm a língua portuguesa como L2 (Mapasse, 2020, p. 139).

Em várias obras, Celso Cunha, linguista brasileiro extremamente influente na política linguística do país, revisor do texto constitucional de 1988 e com uma atuação marcada no âmbito da educação linguística, expressa essa dicotomia, reconhecendo com sensatez a diversidade do português falado no Brasil para propor modelos de ensino de língua mais eficientes. A ideia da existência de vários *sistemas de normas* parece evidente a Cunha, como afirmava já em um livro de 1968, intitulado *Língua portuguesa e realidade brasileira*:

Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa, principalmente agora, quando no império plurirracial e plurilinguístico, presenciamos uma ascensão insopitável das classes mais humildades, a irromperem animadas de legítimas aspirações novas. (Cunha, 1968, p. 73)

Em obras anteriores, como no opúsculo *Uma política do idioma* (1975; primeira edição de 1964), ele se volta contra o ensino purista e esterilizante do português no Brasil, baseado em um modelo de língua elaborado sobre a literatura portuguesa do século XIX, que vigorava no país. Suas referências são as do mundo cultural hispânico: Ortega y Gasset, Unamuno, Dámaso Alonso, Diego Catalán Menéndez Pidal, Amado Alonso, Ángel Rosenblat, com suas diatribes contra o casticismo e suas advertências sobre os perigos da dissolução do idioma de extensão internacional. Entre as citações com que abre o livro está precisamente esta de Dámaso Alonso:

A luta contra a pureza do idioma pôde ser o santo e senha do século XIX... hoje já não pode ser o nosso principal objetivo; a nossa luta tem que ser para impedir a fragmentação da língua comum. (Alonso, apud Cunha, 1975, p. 6)

A principal referência teórica é também a que fornece o linguista romeno Eugenio Coseriu, sobretudo em sua obra escrita em espanhol, durante sua longa estadia no Uruguai. Dele toma a distinção entre a *língua histórica*, em que “a tradição escrita consubstancia um ideal idiomático” (Cunha, 1975, p. 64, n. 27), e as *línguas funcionais*. Essa distinção acompanha naturalmente outras não menos importantes na compreensão da realidade linguística: entre escrita e oralidade e entre língua culta e língua popular. Dessa perspectiva, a elaboração de uma norma escrita de referência especificamente brasileira passaria a ser uma política desagregadora, que ameaçaria a “unidade espiritual” da língua histórica:

A língua portuguesa tende a projetar-se no mundo. Esse ideal de universalidade não se pode corporificar, obviamente, com base na língua popular, diferenciada por natureza, mas na língua culta, que se eleva por cima de todas as variedades locais, regionais ou sociais, e é o denominador comum de todos os falantes do português. (Cunha, 1975, p. 40-41)

No mesmo texto, porém, Celso Cunha reconhece a dimensão política desse empreendimento, que implica um ato de poder e autoridade, e também se opõe com firmeza à tutela portuguesa:

Caberia então a pergunta:

Não há perigo de que se rompa definitivamente essa unidade relativa? Necessitará o português de um governo superior que o unifique? E, no caso afirmativo, a quem competiria esse governo? (Cunha, 1975, p. 41)

Esse governo, para Cunha, deve ser compartilhado. Ele corresponde a um novo espaço simbólico, a língua-pátria-comum (que no âmbito do espanhol analisou, de forma tão detalhada, José del Valle (2007a) como veremos), que ele chama de “República do Português”, um espaço neutro no qual caibam todas as variedades, sem centro, “sem restrições nem favoritismos”:

Essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A Capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura: “onde floresçam escritores e pensadores que saibam levantar os mais belos monumentos de emoção e de pensamento; onde os políticos e estadistas saibam dar às sociedades que dirigem caminhos mais exemplares”;³ onde, por sobre o mundo material, o homem possa construir

³ Esta citação é do linguista venezuelano Ángel Rosenblat, de *Lengua y cultura de Hispanoamérica. Tendencias actuales* (1962). Em Cunha (1975).

perpetuamente o mundo do espírito em busca da precária verdade científica, da esquiva verdade poética, das luminosas verdades de Deus. (Cunha, 1975, p. 47)

Para cumprir esse ideal elitista de união linguística e espiritual, sustentado em um insistente misticismo, Celso Cunha tinha proposto no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Coimbra em 1963, uma moção para a criação de um “Centro de Documentação e Informação do Português Contemporâneo”, aprovada unanimemente pelo plenário. Entre as funções desse centro estaria coletar dados sobre a realidade linguística do português no mundo, zelar para que os “sistemas da língua” não levem a rupturas que ameacem impedir a compreensão entre os falantes das diversas áreas, uniformizar e simplificar o ensino, assim como as nomenclaturas científicas, e organizar congressos e simpósios sobre o português contemporâneo. Essa ideia nunca saiu do papel, de maneira que talvez a gramática elaborada por ele junto com o linguista português Lindley Cintra, e publicada em 1984, tenha sido a única iniciativa realmente luso-brasileira nesse sentido.

Se observamos o tratamento dado a ambas as variedades na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, comprovamos que, com efeito, o que se pretende nela não é o apagamento das expressivas diferenças fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais entre o português europeu e o português brasileiro, mas sua neutralização. O resultado é a continuidade da tradição normativa lusitana com o reconhecimento, a modo de comentário, das características especificamente brasileiras, quase sempre associadas à expressão oral e coloquial. Por exemplo, após enunciar as regras gerais de colocação pronominal de acordo com o uso europeu e a tradição normativa, uma epígrafe adverte sobre os usos divergentes no Brasil, “principalmente, no **colóquio normal**”, formas que os autores consideram “características do português do Brasil e, também, do português **falado** nas Repúblicas africanas” (Cunha e Cintra, 1992, p. 317). Essa rígida distinção entre escrita e oralidade (reduzido do reconhecimento do português brasileiro e africano) se mantém ainda hoje, em boa medida, na tradição gramatical e de ensino da língua portuguesa no Brasil. Como diz Dante Lucchesi, falando da obra de Cunha:

O que faz o professor de português diante da dubiedade do discurso de um dos nossos mais importantes gramáticos? Segue as regras lusitanas que estão no corpo do texto ou admite os usos brasileiros que são reconhecidos como legítimos, em letra miúda, numa nota final? (Lucchesi, 2015, p. 187)

O discurso da “elevação espiritual” da língua comum é, na realidade, uma forma de negação do conflito linguístico, uma estratégia política que assenta as suas bases em sociedades rigidamente hierarquizadas, com enormes desigualdades sociais, raciais e econômicas. Só que, no caso do português, essa neutralidade ideológica de uma norma *pan-portuguesa* carece de fundamentos materiais, de bases institucionais, de políticas concretas e até mesmo do necessário simbolismo, de maneira que existe só em forma de retórica mais ou menos bolorenta.

No Brasil, no entanto, ela tem consequências glotopolíticas, ao encorajar as posições mais conservadoras contrárias à efetiva homologação das práticas linguísticas comuns, na expressão oral e na escrita, em instrumentos linguísticos próprios, e se manifesta em um discurso elitista que identifica como simples ignorância muitas características da competência linguística dos brasileiros. A serviço da exclusão social, ela cumpre o seu papel com eficiência (Bagno, 2003) e, quando os avanços na descrição linguística do português brasileiro, ou das variedades linguísticas faladas nos países africanos, se tornam realidade (um dos objetivos programáticos de Celso Cunha), a reação conservadora, purista e casticista se torna ainda mais agressiva.

As condições materiais concretas para a produção dessa ideologia da neutralidade linguística são precárias, com os dois principais polos produtores de norma agindo de forma independente nas suas políticas de difusão linguística, de maneira que o ideal de um português internacional vai se diluindo.

3 Hispanofonia e controle normativo

A principal diferença entre a dinâmica normativa do espanhol e do português se condensa na existência, desde o século XVIII, de uma instituição que cumpre um papel centralizador na elaboração de propostas normativas, com capacidade de influência inegável em todo o âmbito hispânico (Lagares, 2016, 2021). A *Real Academia Española* (RAE) cumpre esse papel desde a sua fundação, com diferenças em sua estratégia de controle normativo que vão mudando em cada momento histórico com o fim de preservar sua função centralizadora.

O caráter pluricêntrico do espaço linguístico do espanhol no mundo é consequência do estabelecimento de diversos centros normativos na Espanha colonial, em ritmos e circunstâncias particulares, produto dos diversos tipos de contato linguístico com as línguas indígenas, do papel que as cidades fundadas em território americano jogam durante a colonização e das influências dos processos de industrialização, desiguais no tempo e no espaço, assim como dos movimentos migratórios (Malmberg, 1970).⁴ Dessa maneira, vão se constituindo variedades exemplares, normas de uso que funcionam como modelo em diversas áreas geográficas, referências que identificam os falantes de prestígio (em relação aos falantes de variedades estigmatizadas em cada uma das áreas e aos falantes de prestígio de outras áreas). O pluricentrismo nas normas práticas de uso se manifesta na existência de “diversos espacios variacionales” em relação a uma normatividade, como explica Carla Amorós-Negre (2018, p. 58-59). Assim, por exemplo, a não distinção entre a fricativa alveolar /s/ e a interdental /θ/ (que recebe em espanhol o nome caracterizador de um fenômeno dialetal: “*seseo*”) corresponde a uma normatividade “panamericana”, sendo a distinção entre as fricativas identificada como um traço “propio de España” (Amorós-Negre, 2018, p. 58).

O grau de padronização, isto é, de reconhecimento explícito em instrumentos normativos, é diferente em cada uma das áreas geográficas do espaço variacional do espanhol na América, e isso tem que ver, entre outras coisas, com a desigual intervenção de intelectuais, escritores e gramáticos que propõem uma escrita exemplar autônoma. As tensões pelo controle da norma padrão também se manifestam de formas diversas ao longo da história em cada uma das áreas, após a independência das nações americanas.⁵ Elas têm em comum o fato de conservarem no seu centro a relação polêmica com a política centralizadora da RAE.

Nascida como instituição em 1711, fundada por Juan Manuel Fernández Pacheco, marquês de Villena, a RAE tinha o objetivo “patriótico” de trabalhar em um dicionário e fixar a língua na “perfeição” em que o uso cultivado a teria deixado no século anterior. Sancionada por Felipe V, essa instituição estabelece uma relação estreita com a Casa Real. No século XIX, a política acadêmica constitui uma estratégia diplomática destinada a promover vínculos comerciais e políticos entre a Espanha e as novas nações americanas, criando um clima de aproximação cultural em que a língua é um elemento fundamental. Essa identidade transatlântica hispano-americana, em cuja construção participam elites de ambos os lados do oceano, não é interpretada, no entanto, de uma maneira uniforme, como explica Silvia Senz, para quem “las divergencias en su lectura dieron lugar a dos orientaciones nitidamente diferenciadas de la ideología hispanoamericanista: el hispanoamericanismo progresista y el panhispanismo de signo conservador” (Senz, 2011, p. 153). Ambas coincidem no essencial, na compreensão do caráter integrador da língua espanhola. Já a noção de *Hispanidad* supõe, em certa medida, uma radicalização da linha conservadora e passará a representar, durante o franquismo, uma noção “espiritual” particularmente reacionária, na tentativa de reavivar ideologicamente a situação de domínio sobre a América da Espanha imperial.

A RAE, após a independência das nações americanas no final do século XIX, emprega estratégias que têm como objetivo manter o controle sobre a política do espanhol em todo o seu espaço idiomático, fundado na ideia de unidade linguística. Para isso, nomeia como acadêmicos honorários alguns dos principais intelectuais latino-americanos, dentre eles Andrés Bello (em 1851), e inicia uma política de criação de academias correspondentes. A primeira é a *Academia Colombiana de la Lengua*, em 1871, e a última nesse processo, mais de um século depois e noutras circunstâncias de organização institucional, é a *Academia Estadounidense de la Lengua Española*, em 1973. Nessa fase das academias correspondentes, os estatutos e regulamentos da RAE são assumidos por todas, e qualquer modificação deve ser consultada com a Academia Espanhola, que assim mantém uma posição de predomínio sobre as demais. Contudo, não deixa de haver tensões na constituição e nas relações entre as academias, como o demonstra a fundação da *Academia Argentina de Letras*, em 1931, e a *Academia Nacional de Letras del Uruguay*, em 1943, ambas com estatuto próprio e, já desde o primeiro momento, não correspondentes, mas sim associadas com a Espanhola.

4 Malmberg (1970) denomina “centro culturais” essas capitais que vão se estabelecendo, em circunstâncias históricas particulares, ao longo do espaço colonial hispânico.

5 “For Latin American intellectuals who were involved in the process of building their own nations, gaining control over language –over its selection, codification, elaboration, and acceptance– was a natural consequence of independence. For intellectuals involved in the creation of a modern Spain, retaining control over those same processes became a necessity to demonstrate Spain’s viability as a nation” (Del Valle; Gabriel-Stheeman, 2002, p. 9).

De fato, em 1960, esse tipo de vínculo entre as academias se faz extensivo a todas com a constituição da ASALE, *Asociación de Academias de la Lengua Española*. A autonomia de gestão de cada uma das academias é agora maior, embora se mantenha certa preeminência da espanhola no trabalho de elaboração de instrumentos normativos. Isso acontece como consequência do papel que cumpre a RAE na Comissão Permanente da ASALE, com sede em Madri.

No final dos anos 1980, uma nova fase se abre com a formulação explícita de uma política linguística pan-hispânica, que propõe a construção de um “espanhol total”, com a elaboração de instrumentos linguísticos realizados em colaboração entre a RAE e a ASALE. Esse espanhol pan-hispânico representa um modelo de língua que se oferece a todos os países de língua espanhola, uma espécie de síntese ideal da enorme diversidade do idioma. Essa operação normativa se fundamenta em uma ideologia de unidade linguística que José del Valle (2007a, p. 37-38) define como “un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, en torno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central” e que ele denomina *hispanofonía*.

Essa ideologia constrói uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) unida pela língua, a “comunidade hispano-falante”, que é ao mesmo tempo um mercado que legitima a presença do capital espanhol por meio de suas empresas mais poderosas (Telefónica, PRISA, Iberdola, Banco de Santander, Repsol). O nacionalismo pan-hispânico que assim se constitui, como também explica José del Valle (2007a, p. 49-52), concebe a língua espanhola para além da clássica identificação com as diversas realidades culturais, entendendo-a como um puro instrumento de comunicação que é, em si mesma, o território de encontro, a “pátria comum” a que todos os falantes de espanhol pertenceriam. A tradicional tríade do nacionalismo clássico (cultura, língua e território) se vê reduzida a um único elemento; a língua seria agora esse lugar de confluência, expressão de um tipo de concórdia superior, de uma cultura compartilhada que se oporia aos particularismos nacionais ou regionais.

Se, como vimos anteriormente, a elaboração de uma ideia de português neutro, elevado em sua pureza sobre a enorme diversidade dos usos nos territórios colonizados por Portugal, dependia, segundo Celso Cunha, da criação de um governo superior, uma “República do Português” sem centro geográfico, no caso do espanhol há uma instituição histórica que toma para si essa função e se atribui legitimidade para conduzir os rumos da língua, combinando o discurso da diversidade com a rotunda afirmação de sua unidade essencial para além das diferenças locais. Essa instituição é a *Real Academia Española* (RAE), que, mesmo tendo um claro centro na Espanha, articula políticas de colaboração com as academias americanas, junto com um discurso desterritorializante em que a língua é o espaço simbólico habitado por todos. Sua política pan-hispânica parte, em sua formulação, de um “prescritivismo moderado” que reconhece a diversidade da língua, coroada por uma unidade superior que seria anterior ao próprio gesto prescritivo e que se manifestaria nos usos dos falantes cultos de espanhol no mundo.

É interessante analisar como, nesse discurso, a sempre complexa relação entre as normas práticas de uso do espanhol e a norma prescritiva é explicada. A diversidade linguística dentro do que consideramos ser língua castelhana se vê atenuada entre os estratos sociais mais altos, como efeito da alfabetização e do letramento, por causa de uma antiga e centralizada norma-padrão, cuja tradição remonta aos usos da corte castelhana. Há, portanto, uma relação dialética entre essas “normas cultas”, ou normas práticas de uso das elites letradas, e a própria tradição padronizadora. Assim como existe uma tensão permanente entre a manutenção da tradição e sua renovação, com a incorporação das diversas variantes que funcionam, de fato, como modelos de uso nos centros culturais hispano-americanos. Mas a proposta normativa pan-hispânica, de gestão compartilhada na elaboração conjunta dos instrumentos linguísticos, diz registrar e homologar uma suposta *norma culta* transnacional (que, como vimos, inexistente), embora continue privilegiando os usos peninsulares frente a outros comuns ao espaço americano. Existem, de fato, consideráveis diferenças entre os diversos instrumentos linguísticos elaborados dentro da proposta pan-hispânica.

Em uma entrevista concedida à revista brasileira *Abehache*, a linguista argentina Ángela Di Tullio explicava os termos da contradição entre o discurso da inclusão da diversidade e o gesto padronizador ainda preso a uma tradição normativa europeia:

No veo una coherencia entre lo que se enuncia y los resultados concretos. Esto es particularmente notorio en el *Diccionario Panhispánico de dudas* (2005), la obra normativa por excelencia de la RAE.

A pesar de declararse panhispánica, la marca de la incorrección, la *bolaspá*, recae en un porcentaje mayoritario sobre fenómenos propios del español de América, sin que se controle si se trata de un fenómeno estigmatizado en la comunidad lingüística o no. De hecho, aparece como incorrecto el adjetivo *policial* en los contextos de *cuento* o *novela policial* frente a *cuento* o *novela policiaco*, es decir, a la forma general en España y en pocos países americanos. Sin embargo, los mismos corpus de la RAE muestran que la mayor parte los hablantes cultos de los otros países usan la forma sancionada. Asimismo, aparece con *bolaspá* la combinación de *se los / se las* en construcciones como *Esto ya se los dije*. La discordancia de número entre *esto* y *los* es una estrategia para desambiguar el pronombre *se*, sobrecargado en el español americano por la ausencia de *vosotros*, en casos en los que el referente es plural: *a ellos, a ellas*, y, sobre todo, cuando el hablante se está dirigiendo a más de un interlocutor: *a ustedes*. En nuestra comunidad este “error” no se siente como tal, sino como la construcción normal en todos los niveles socioeducativos. Por eso, la sanción resulta totalmente injustificada de acuerdo con el concepto de panhispanismo que se invoca. (Lagares; Celada, 2011, p. 103-104)

Mesmo assim, o discurso normatizador da RAE e das academias associadas reluta em reconhecer o seu próprio papel padronizador, tentando aparecer como simples instância de homologação de uma espécie de “norma culta pan-hispânica” preexistente. O reconhecimento da diversidade seria, nessa política linguística, a melhor garantia para a manutenção da unidade, quando as diferenças não são negadas, mas *neutralizadas* em um projeto que se pretende comum e democrático. Nesse processo, é fundamental a constituição de uma comunidade discursiva que afirme recorrentemente a unidade e a integridade idiomática, pela presença pública constante dos seus agentes políticos e a reiteração dos encontros e comemorações:

La repetición es, por supuesto, una de las estrategias de naturalización de categorías culturalmente construidas: las celebraciones públicas de la lengua (como congresos) y los monumentos normativos que la representan (gramáticas y diccionarios) son en realidad los actos mismos que la constituyen. E igualmente, las afirmaciones de unidad aparentemente descriptivas son de hecho los actos que las crean. (Del Valle, 2007b, p. 94)

A combinação de ambos os gestos, entre o reconhecimento da diversidade e o controle da integridade do idioma, dá lugar ao uso de diferentes estratégias glotopolíticas na própria produção de instrumentos linguísticos. Comparando a atitude prescritiva da *Nueva gramática de la lengua española* (2009), obra que condensaria a expressão unitária da diversidade (vendida com o slogan *El español total*), com as reformulações de versões abreviadas destinadas a nichos diferentes de mercado, o *Manual de la Nueva gramática de la lengua española* (2010) e a *Nueva gramática básica de la lengua española* (2011), Elvira Narvaja de Arnoux (2013) analisa o afinilamento normativo que se opera progressivamente nessas obras. Cotejando os prólogos da *Nueva Gramática* e do *Manual*, Narvaja de Arnoux (2013, p. 257-262) percebe como a controvérsia sobre as avaliações dos usos não está presente na versão reduzida, ao mesmo tempo que se expandem no discurso os aspectos valorativos e eufóricos em relação à unidade e diversidade da língua e à responsabilidade dos falantes na conservação desse “patrimônio” comum. A atenuação do discurso prescritivo, que é maior na *Nueva gramática* do que no *Manual*, se fundamenta, como dizíamos anteriormente, na ideia de que os julgamentos normativos procederiam dos falantes considerados cultos, nas autênticas normas sociais de prestígio do idioma, que as instituições acadêmicas se limitariam a registrar e “homologar”. Esse mascaramento do próprio trabalho prescritivo é menos evidente no *Manual*, que coloca no centro da dinâmica normativa as “percepções” que as academias têm, como instituições prescritivas, dos julgamentos linguísticos desses falantes cultos.

No tocante à descrição da variação e à expressão da prescrição, o trabalho de Narvaja de Arnoux (2013, p. 264-267) analisa o tratamento dado às perífrases modais de infinitivo “*deber* + infinitivo” e “*deber de* + infinitivo”. A *Nueva gramática* explicita que o uso de “*deber* + infinitivo” como expressão de conjectura ou probabilidade inferida não pode ser considerado incorreto, dada a sua extensão no mundo hispânico, também entre falantes com alto grau de letramento, embora recomende usar essa perífrase para expressar obrigação. Já o *Manual* reconhece o uso estendido e antigo de “*deber* + infinitivo” para expressar conjectura, mas recomenda usar essa variante sem preposição unicamente com o sentido de obrigação. No fim dessa linha de reformulações, a *Gramática básica*, uma publicação muito mais difundida, orientada para o uso escolar, enfatiza o discurso normativo e a recomendação da distinção no uso de cada uma dessas perífrases. Como conclui Narvaja de Arnoux (2013, p. 267), “las reformulaciones acentúan un proceso en el que van

desapareciendo las referencias a las variedades y lo normativo orienta la selección de lo que se dice y lo que se excluye tendiendo a construir en los lectores de las versiones divulgativas la *lengua común*”. Podemos dizer que há uma sucessiva operação de neutralização da variação, na construção política de uma língua unida por meio de propostas normativas destinadas a orientar os usos dos falantes de todo o mundo de língua espanhola. A existência de variação é reconhecida, mas o que esses instrumentos linguísticos de divulgação oferecem é uma “versão neutra”, que coloca as variantes em um canto e recomenda os usos padronizados, investidos de uma incontestável autoridade acadêmica.

Aliás, a política de controle internacional da língua oscila entre o reconhecimento da diversidade linguística que o discurso acadêmico se vê impelido a fazer, e a realização de intervenções que apertem as rédeas normativas, para (re)criar essa ideia de unidade pan-hispânica reafirmada constantemente. A própria RAE publicou em 2013 um livro sobre norma, intitulado *El buen uso del español*, sobre a base das descrições gramaticais recolhidas em outros instrumentos por ela produzidos em colaboração com a ASALE. Outras instituições, como o Instituto Cervantes, também fazem uso dos critérios estabelecidos nas obras normativas acadêmicas para elaborar instrumentos de prescrição linguística, como *El libro del español correcto* (2012). Essa obra adota a seguinte noção de norma, recolhida do *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD): “el conjunto de preferencias lingüísticas vigentes en una comunidad de hablantes, adoptadas por consenso implícito entre sus miembros y convertidas en modelos de buen uso” (Paredes et al., 2012, p. 145).

Aquilo que *El libro del español correcto* denomina “norma culta” seria consequência de um “consenso implícito” entre os próprios falantes, como preferências compartilhadas de uso que as instituições normativas se limitariam a registrar. Esse instrumento normativo do Instituto Cervantes continua reconhecendo a existência de “normas cultas regionais” válidas em territórios específicos, mas que teriam ao seu lado uma “norma culta supranacional, que se corresponde con el carácter internacional del español” (Paredes et al., 2012, p. 145). Temos aqui uma definição, em certa medida, circular: o espanhol é uma língua internacional porque tem uma norma culta supranacional, e tem essa norma culta, por sua vez, precisamente porque é uma língua internacional. Esse modelo de língua que neutraliza as diferenças adquire, no discurso do Instituto Cervantes, um perfil contraditório: entre norma objetiva (referente aos usos normais em determinados ambientes sociais) e norma prescritiva (produto de intervenções planejadas sobre os usos sociais) (Monteagudo, 2011):

Esta norma, que se constituye en modelo de validez general, recibe a veces el nombre de español estándar y esencialmente se identifica con la lengua que se enseña en los centros educativos, la que usan los hablantes de instrucción más elevada, como los abogados, los médicos, los periodistas o los profesores, y los buenos usos que aparecen en los medios de comunicación. Este modo de hablar constituye la norma culta del español. (Paredes et al., 2012, p. 145-146)

De acordo com a definição de Pagliaro que vimos no início deste artigo, essa norma, definida ao mesmo tempo como “*standard*” (norma prescritiva) e como “norma culta” (norma objetiva), revela um perfil aristocrático que identifica uma “minoridade intelectual”, espontaneamente consensual no controle da variação e no esforço por reprimir as forças desagregadoras, isto é, na construção racional de uma língua superior. Curiosamente, essa norma poderia ser achada, sem qualquer dúvida, entre os usos de advogados, médicos, jornalistas e professores, mas nem sempre nos meios de comunicação. Parece ecoar aqui uma crítica antiga e reiterada aos supostos desmandos linguísticos da mídia de massas, especialmente relevante na missão de criar essa comunidade de língua compartilhada transnacional.⁶

De fato, para controlar esses usos midiáticos, foi criada em 2005 a *Fundación del Español Urgente* (Fundéu, originariamente; hoje já FundéuRAE), com o patrocínio do BBVA e da Agência EFE, sob gestão de um patronato presidido pelo diretor da RAE e que tem, segundo declaração de intenções do próprio [site](#), o objetivo de “contribuir a evitar la dispersión lingüística o la invasión indiscriminada de neologismos”. Como diz Fernando Lara, a FundéuRAE age como um “agente normativo vicario, que parasita la relativa legitimidad de la RAE” (Lara, 2011, p. 338), oferecendo um “selo de qualidade idiomática”, ao responder dúvidas sobre questões normativas nas redes sociais, no gerenciamento da *Wikilengua del Español* e na elaboração de guias, manuais, *sites* e recomendações para o uso jornalístico da língua espanhola.

⁶ Pertence a essa tradição a série de artigos publicados entre 1975 e 1996 por Fernando Lázaro Carreter, diretor da RAE de 1992 a 1998, logo reunidos no livro *El dardo en la palabra* (1997), a mais completa crítica à atividade linguística da mídia.

Diferentemente do que víamos ao analisarmos o discurso sobre o “português comum”, existe no caso do espanhol um esforço político coordenado, financiado por grandes empresas, para construir essa imagem unificada e neutra de língua, que não nega a variação linguística, mas que se eleva racionalmente sobre ela.

4 A circulação de bens culturais: espaços *cindidos* ou *unificados*

No Brasil, a partir da década de 2010, são publicadas várias gramáticas que homologam as práticas linguísticas brasileiras, com maior ou menor carácter prescritivo, e nos países africanos cresce o interesse pela descrição acurada das normas de uso linguístico realmente empregadas (Faraco e Vieira, 2016). Não há uma normatização convergente e a possibilidade de construir gramáticas que neutralizem as diferenças nem é mais considerada. Além disso, a própria ideia de uma comunidade lusófona se vê enfraquecida pela escassa circulação de bens culturais, sobretudo partindo de Portugal em direção ao Brasil, porque no sentido contrário (do Brasil em direção a Portugal) essa circulação é consideravelmente mais intensa.

Em uma matéria do jornal brasileiro *O Globo*, por exemplo, publicada em 30 de abril de 2021, recolhe-se a preocupação expressada em vários meios de Portugal sobre a influência de *youtubers* brasileiros nos usos linguísticos de crianças portuguesas.⁷ No período da pandemia do coronavírus, especialmente, a intensa presença de conteúdos infantis da internet na vida das crianças teria feito, segundo várias matérias publicadas em jornais portugueses, que as variantes brasileiras começassem a fazer parte do repertório delas, a despeito da atitude negativa dos pais em relação ao uso de brasileirismos. Essa inusitada circunstância fez que o *youtuber* dirigido ao público infantil Luccas Neto passasse a emitir seus vídeos, em Portugal, dublados em português europeu, segundo matéria do canal brasileiro de notícias UOL de 22 de dezembro de 2021.⁸ Nesse caso, a dublagem se apresenta como uma solução radical não por causa, obviamente, da dificuldade de intercompreensão entre as variedades linguísticas, mas pelo preconceito com que são acolhidas em Portugal as variantes brasileiras.⁹

Essa presença unilateral do português brasileiro no país europeu provoca outras reações de rejeição, como a negativa da autorização para que fonoaudiólogos brasileiros possam exercer a profissão no país ou a não aceitação nas universidades portuguesas de uma escrita brasileira, como informa uma notícia da *Folha de S. Paulo*, publicada em 3 de maio de 2021.¹⁰

Nessa matéria, o secretário de Estado de Educação de Portugal, João Costa, nega a existência de discriminação, dado que os documentos orientadores para o ensino de língua portuguesa no país preveem “o domínio do português europeu padrão, integrando também a consciência da diversidade de registros e de características das variantes faladas pelo mundo”. Nessa vaga afirmação de tolerância com a diversidade, acaba se tornando explícita a ausência de um “padrão internacional” do português que neutralize as diferenças entre as variedades, pois o que se exigiria, de fato, nas escolas e universidades é o domínio do “português europeu padrão”.

Por outro lado, as políticas divergentes de difusão do português do Brasil e de Portugal (certificados de proficiência idiomática, cursos de língua para estrangeiros etc.), resultam na divisão do mercado de línguas, por exemplo, ou na oferta das duas opções em áudio-guias turísticos. A política de tradução também está dividida, com versões nas duas variedades, muitas vezes publicadas simultaneamente, e o desencontro chega a tal ponto que os poucos filmes portugueses que passam nos cinemas no Brasil são legendados com “tradução” em português brasileiro.

Elencar esses fatos não significa defender uma “deriva histórica divergente” do português brasileiro e europeu, como um movimento natural que se consolidasse nas práticas políticas, mas exatamente o contrário. São as condições políticas e o desenvolvimento histórico do espaço disso que hoje ainda conhecemos como língua

7 “[Youtubers brasileiros mudam o jeito de falar de crianças brasileiras](#)”.

8 “[Luccas Neto será dublado em Portugal após críticas ao ‘falar brasileiro’](#)”.

9 Sobre esse preconceito, o linguista português Fernando Venâncio (2022: 13-14) afirma o seguinte: “Facto é que existe, em bastantes mentes portuguesas, um antibrasileirismo primário, irracional, e por isso de difícil erradicação. Ele pode ser entendido no contexto duma larga insegurança que em Portugal reina no atinente ao próprio idioma”.

10 “[Português brasileiro rende nota menor e discriminação em escolas e universidades de Portugal](#)”.

portuguesa que tornam extremamente difícil articular uma ideologia do português internacional, capaz de neutralizar discursivamente as diferenças, para além de certa retórica mística de celebração do empreendimento colonial; simplesmente porque não existem agentes nem instâncias de gestão para fazê-lo. A idealizada República do Português de que falava Celso Cunha não tem governo.

No âmbito do espanhol, como víamos, as coisas são notoriamente diferentes. Além da férrea política de controle normativo, exercida por uma instituição histórica com legitimidade e autoridade reconhecidas (conflituosamente) em todo o âmbito hispânico, existem também condições históricas de circulação de bens culturais que contribuem para criar uma ideia de comunidade linguística, acima das evidentes diferenças existentes entre as variedades.

Já desde o século XIX, como explica Adrián Fanjul (2011, p. 313-316), a “cultura de massa” em espanhol, como novo modo de circulação e de reprodução dos bens culturais por meio de tecnologias de impressão e gravação, se estendia por um mercado não circunscrito às fronteiras nacionais, permitindo a circulação de folhetins e novelas entre os países de língua espanhola. No século XX, também os bens culturais do cinema e do rádio circulam para além das fronteiras.

Dessa maneira, todos os falantes, mesmo os não escolarizados, de todos os cantos da Hispano-América, se familiarizam com a escuta de outras variedades, de “sotaques” alheios. O mesmo acontecerá com as histórias em quadrinhos. Por diferentes causas, a Espanha participará menos dessa circulação, dublando ou traduzindo localmente muitos produtos. (Fanjul, 2011, p. 315)

Esse contato multilateral, em que a fruição estética não precisava de uma completa compreensão, permitia que os falantes de espanhol percebessem a existência de um espaço linguístico mais alargado, criando (por um caminho diferente ao da padronização centralizada) certa ideia de “língua comum”. Essa mesma dinâmica é a que permite que se ensaiem estratégias de “pasteurização” linguística, quando grandes empresas de comunicação produzem telenovelas ou música de consumo massivo “inidentificáveis”, em que se neutralizam os sotaques e se escolhem as variantes mais estendidas, menos estereotipadas, para apagar os rastros de qualquer identificação local. Dessa maneira, essas empresas acabam se constituindo como agentes normativos que constroem um “espanhol neutro”. E tal espanhol desterritorializado é aceito pelos falantes como mais uma variedade, entre outras da língua, que circula nesse mercado transnacional.

Alberto Gómez Font (2012, p. 24-25) relata (com não dissimulado entusiasmo) o papel que a ficção televisiva pode ter na construção de um “espanhol global”, que ele identifica no esforço conjunto de diversos meios de imprensa, sobretudo nos Estados Unidos, para empregar palavras que não tenham peso local, que sejam intercambiáveis em todo o âmbito hispânico. Tal espanhol internacional exigiria sacrificar não apenas palavras e traços fonéticos, mas também estruturas gramaticais diferenciais, com o objetivo de maximizar os lucros das grandes corporações, que poderiam vender seus produtos audiovisuais no mercado global sem se preocupar com as identidades nacionais dos elencos que empregam. Curiosamente, logo a seguir, o mesmo autor reconhece as possibilidades expressivas da exposição a outras variedades e o valor do contato linguístico para criar certa noção de pertencimento a um espaço idiomático compartilhado:

Desde que hay telenovelas mexicanas los espectadores de otros países ya no relacionan ese acento con la risa, cosa que sucedía cuando lo único que conocíamos eran las películas de Cantinflas. Lo mismo ocurre con las telenovelas argentinas, que nos han enseñado que el acento de aquellas tierras no es siempre tan triste como en los tangos de Carlos Gardel. Y qué decir de las telenovelas venezolanas y colombianas, que nos han metido en el salón de casa esos acentos cadenciosos del trópico y voces tan sugerentes como *cheverísimo* o *sabrosura*. Hemos aprendido, en fin, que se puede amar y se puede sufrir con distintos acentos y con distintas palabras. (Gómez Font, 2012, p. 25)

Como vemos, o entusiasmo diante da possibilidade de se constituir um espanhol “neutro” ou “global” dialoga, nessa ideologia da língua desatrelada de qualquer ancoragem local, com uma visão estereotipadamente folclórica (e preconceituosa) da diversidade cultural. Imagina-se, assim, uma língua em que a escolha vocabular cumpra um papel friamente instrumental, como se as palavras refletissem, qual espelhos situados à margem das coisas, uma realidade comum e fossem por isso perfeitamente intercambiáveis. Que isso seja imaginável mostra o peso que tem uma tradição padronizadora unificada como a da língua espanhola, com

seu centro arraigado na memória das variantes peninsulares. No caso do português, tal construção ideológica carece das condições materiais para ser produzida e, em boa medida, o léxico português e o brasileiro são irredutíveis a qualquer noção de neutralidade. Mas é importante não perder de vista que essa irredutibilidade é comum ao léxico de qualquer idioma.

O exemplo que Gómez Font utiliza é, nesse sentido, muito significativo. Ele relata a dificuldade dos meios de comunicação transnacionais em espanhol para se referir às *viviendas precarias* que habita uma boa parte da população nas grandes cidades latino-americanas. Diante do fato de a palavra espanhola *chabola* não ser usada na América, ele procura sinônimos, e encontra catorze, concluindo que os vocábulos mais estendidos no continente são *rancho* e *favela* (este último, um empréstimo do português que procede do Brasil). Observando os vocábulos empregados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial ou a UNICEF, ele encontra a palavra *tugurio*, que descarta por causa dos sentidos que tem na Espanha, onde remete também a um local noturno esfumaçado e barulhento. O autor também faz referência a outros termos empregados na América Latina para esse tipo de moradia, como *champa*, em El Salvador, e *villa miseria*, na Argentina.

Para além do fato de que essas denominações misturam nomes coletivos (*villa miseria* [esp.], *favela* [port.]) e outros que referem construções individuais (*chabola* [esp.], *barraco* [port.]), é evidente que os sentidos de cada um desses termos, na América de língua espanhola e portuguesa, remetem a situações sociais específicas que não podem ser simplesmente “neutralizadas” sem neutralizar também a carga semântica que eles têm nas duras realidades em que são usados. A palavra *favela* no Brasil, por exemplo, ativa uma longa série de memórias associadas ao tráfico de drogas, aos grupos paramilitares de controle de território denominados *milícias*, aos *grupos de extermínio*, à falta de saneamento básico, ao controle político e religioso das populações e à exclusão social, mas também ao samba, ao funk, à cultura popular brasileira, à solidariedade das comunidades de trabalhadores precarizados... E esses sentidos não podem ser, simplesmente, neutralizados lexicalmente sem ocultar tudo aquilo que está associado a essas realidades complexas. A unificação linguística apaga e edulcora a realidade e se apresenta, enfim, como uma forma de controle do nosso acesso a ela, limitando as possibilidades do que pode ser pensado.

Se a unidade da língua é um construto ideológico, as políticas linguísticas uniformizadoras, elaboradas por certas instituições, fazem parte das condições materiais para que essa ideologia da língua neutra seja, de fato, produzida. De uma perspectiva glotopolítica, interessa entender como se produzem essas condições, assim como as diferenças históricas entre espaços linguísticos próximos, como é caso do espanhol e do português. A retórica da “língua comum” até mesmo pode ser compartilhada, mas os seus efeitos são, como tentamos mostrar, radicalmente diferentes.

Referências bibliográficas

- Amorós-Negre, Carla. (2018). *La estandarización lingüística de los relativos en el mundo hispánico. Una aproximación empírica*. Iberoamericana/Vervuert.
- Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (Denise Bottman, Trans.). Companhia das Letras. [Trabalho original publicado 1991].
- Buarque de Holanda, Sérgio. (2008). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. [Trabalho original publicado 1936].
- Bagno, Marcos. (2003). *A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira*. Parábola Editorial.
- Bakhtin, Mikhail. (1982). Discourse in the Novel. Em Michael Holquist (Caryl Emerson e Michael Holquist, Trans.), *The dialogic imagination: four essays by M. M. Bakhtin* (pp. 259-422). University of Texas Press.
- Bechara, Evanildo. (2015). Machado de Assis e o seu ideário de língua portuguesa. *História do ensino de línguas no Brasil*, 9, 17-27.
- Bernardo, Ezequiel Pedro José. (2017). Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, 32, 39-54. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.39-54>
- Castelo, Cláudia. (2010, September 9-11). *A casa dos estudantes do império: lugar de memória anticolonial* [Apresentação na conferência]. 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, Portugal.
- Cunha, Celso. (1968). *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Tempo brasileiro.
- Cunha, Celso. (1975). *Uma política do idioma*. Tempo brasileiro.
- Cunha, Celso, e Lindley Cintra, Luís F. (1992). *Nova gramática do português contemporâneo* (7th ed.). Edições João Sá da Costa.
- Da Silva, Agostinho. (1959). *Um Fernando Pessoa*. Instituto Estadual do Livro.
- De Almeida, Silvio Luiz. (2018). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro, Pólen.
- Del Valle, José. (2002). Menéndez Pidal, national regeneration and the linguistic utopia. Em José del Valle e Luis Gabriel-Stheeman (eds.), *The battle over Spanish between 1800 and 2000. Languages, ideologies and hispanic intellectuals* (pp. 78-105). Routledge.
- Del Valle, José, e Gabriel-Stheeman, Luis. (2002). Nationalism, *hispanismo*, and monoglossic culture. Em José del Valle e Luis Gabriel-Stheeman (eds.), *The battle over Spanish between 1800 and 2000. Languages, ideologies and hispanic intellectuals* (pp. 1-13). Routledge.
- Del Valle, José. (2007a). La lengua, patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico. Em José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español* (pp. 31-56). Iberoamericana/Vervuert.
- Del Valle, José. (2007b). La RAE y el español total. ¿Esfera pública o comunidad discursiva? Em José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español* (pp. 81-96). Iberoamericana/Vervuert.
- Djau, Rachide. (2020). Política e planeamento linguístico na Guiné-Bissau. Em Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo (orgs.), *Línguas em Português. A lusofonia numa visão crítica* (pp. 119-135). Universidade do Porto Press.
- Fanjul, Adrián. (2011). “Policêntrico” e “Pan-hispânico”. Deslocamentos na vida política da língua espanhola. Em Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno (orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (pp. 299-331). Parábola Editorial.

- Faraco, Carlos Alberto. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. Parábola Editorial.
- Faraco, Carlos Alberto. (2020). As ações do Instituto Internacional da Língua Portuguesa na gestão multilateral da língua. Em Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo (orgs.), *Línguas em Português. A lusofonia numa visão crítica* (pp. 15-22). Universidade do Porto Press.
- Faraco, Carlos Alberto, e Vieira, Francisco Eduardo. (2016). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. Parábola Editorial.
- Gómez Font, Alberto. (2012). El español global en la prensa del siglo XXI. Em Franz Lebsanft, Wiltrud Mihatsch e Claudia Polzin-Haumann (eds.), *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* (pp. 19-28). Iberoamericana/Vervuert.
- Lagares, Xoán Carlos. (2016). Dinámicas normativas del español y del portugués. Em Elvira Narvaja de Arnoux e Daniela Lauria (comps.), *Lenguas y discursos em la construcción de la ciudadanía sudamericana* (pp. 279-293). Unipe Editorial Universitaria.
- Lagares, Xoán Carlos. (2018). *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. Parábola Editorial.
- Lagares, Xoán Carlos. (2021). Dinâmicas normativas e espaços linguísticos: contrastes e interseções na construção do português e do espanhol. *Treballs de Sociolingüística Catalana*, 31, 63-79.
- Lagares, Xoán Carlos, e Celada, Maite. (2011). Política y autoridad lingüísticas – Las academias de la lengua en la contemporaneidad. Entrevista a miembros de Academias de la lengua: Adolfo Elizaincín, Ángela Di Tullio, José Luis Moure e Inés Fernández-Ordóñez. *ABEHACHE. Revista de la Asociación Brasileña de Hispanistas*, 1, 99-107.
- Lara, Luis Fernando. (2011). El símbolo, el poder y la lengua. Em Silvia Senz e Montserrat Alberte (eds.), *El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española*, Vol. 2 (pp. 315-342). Melusina.
- Lázaro Carreter, Fernando. (1997). *El dardo en la palabra*. Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores.
- Lucchesi, Dante. (2015). *Língua e sociedade partidas. A polarização sociolinguística do Brasil*. Editora Contexto.
- Lucchesi, Dante. (2020). Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Gragoatá*, 24(48), 227-255.
- Malmberg, Bertil. (1970). *La América hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Ediciones Istmo.
- Mapasse, Ermelinda. (2020). O ensino do português em Moçambique: conflitos entre o uso prescritivo e os usos reais. Em Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo (orgs.), *Línguas em Português. A lusofonia numa visão crítica* (pp. 137-152). Universidade do Porto Press.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. Parábola Editorial.
- Monteagudo, Henrique. (2011). Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. Em Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno (orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (pp. 15-48). Parábola Editorial.
- Müller de Oliveira, Gilvan. (2013). Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. Em Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *O português no século XXI. Cenário geopolítico e sociolinguístico* (pp. 53-73). Parábola Editorial.

- Narvaja de Arnoux, Elvira. (2013). En torno a la *Nueva gramática de la lengua española* (Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española). Em Elvira Arnoux e Susana Nothstein (coords.), *Temas de glotopolítica* (pp. 245-270). Biblos.
- Pagliari, Antonino. (1983). *A vida do sinal. Ensaio sobre a língua e outros símbolos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Paredes García, Florentino, Álvaro García, Salvador, Núñez Bayo, Zaida, e Paredes Zurdo, Luna. (2012). *El libro del español correcto: Claves para hablar y escribir bien en español*. Instituto Cervantes/Espasa.
- Reis, Elvira. (2020). A língua portuguesa na sala de aula cabo-verdiana. Em Sweder Souza e Francisco Calvo del Olmo (Orgs.), *Línguas em Português. A lusofonia numa visão crítica* (pp. 77-99). Universidade do Porto Press.
- Senz, Silvia. (2011). Una, grande y (esencialmente) uniforme. La RAE en la conformación y expansión de la “lengua común”. Em Silvia Senz e Montserrat Alberte (eds.), *El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española*, Vol. 2 (pp. 9-302). Melusina.
- Severo, Cristine, Siteo, Bento, e Pedro, José. (2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Escolar Editora.
- Venâncio, Fernando. (2022). *O português à descoberta do brasileiro*. Lisboa: Guerra e Paz.